

O ACONTECIMENTO DOS PROTESTOS NO BRASIL EM 2013: UMA AGITAÇÃO NAS REDES DE MEMÓRIA DO CIDADÃO BRASILEIRO

Washington Silva de FARIAS²¹

Resumo: Artigo discute o *acontecimento* dos protestos de massa desencadeados no Brasil em junho de 2013 a partir da perspectiva teórica da Análise de Discurso de orientação pecheutiana. Alguns dos enunciados que sobredeterminaram o acontecimento, dentre os quais “O gigante acordou” e “Vem pra rua”, são analisados. Demonstra-se que a emergência desses enunciados, no contexto dos protestos, implicou um trabalho político de circulação-confronto de sentidos em torno do nacionalismo e da cidadania, constituindo um jogo equívoco que mexeu com redes e trajetos de memória do sujeito cidadão brasileiro.

Palavras-chave: Discurso. Nacionalismo. Cidadania. Protestos no Brasil.

Abstract: *This paper discusses the event of mass protests triggered in Brazil in June 2013 from the theoretical perspective of discourse analysis in the pecheutian orientation. Some of the statements that overdetermined the event, among them “O gigante acordou” (“The giant woke up”) and “Vem pra rua” (“Come to the street”) have been analyzed. It is shown that emergence of these statements, in the context of protests, involved a political work of movement-confrontation of senses around nationalism and citizenship, constituting a misconception game that messed with networks and paths of memory of the Brazilian citizen subject.*

Keywords: *Discourse. Nationalism. Citizenship. Protests in Brazil.*

²¹ Professor da Unidade Acadêmica de Letras da Universidade Federal de Campina Grande, PB (UFCG/PB). Doutor em Linguística, membro do Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da UFCG. Email: washfarias@gmail.com.

Introdução

No mês de junho de 2013, o Brasil foi sacudido por uma onda de protestos de massa que deixou perplexos políticos, mídia, intelectuais e o conjunto da sociedade. Inicialmente motivados pela luta do Movimento Passe Livre contra o aumento da tarifa de ônibus em São Paulo, os protestos se estenderam por mais de 350 cidades do país, congregando diferentes pautas de reivindicação em torno dos direitos sociais e da mobilidade urbana.

Sem filiação política específica, os protestos puseram em questão o modelo de representação política, de gestão pública e de participação civil dos brasileiros. Além das tarifas dos transportes urbanos, os manifestantes questionaram os gastos públicos para a realização de grandes eventos esportivos, como a Copa das Confederações, que acontecia no momento dos protestos, em junho de 2014, e a Copa do Mundo, que o Brasil sediará neste ano, em contraste com a qualidade dos serviços públicos de saúde e educação, sobretudo.

As primeiras reações aos protestos foram de menosprezo e minimização de sua importância, bem como de violenta repressão, o que acabou por engrossar as fileiras de manifestantes, que se autoconvocavam, nos diferentes recantos do país, através das redes sociais, principalmente *twitter* e *facebook*. A organização dos protestos também foi alvo de oportunismos político-partidários, de radicalismos apartidários e de tentativas de controle político e discursivo de seus sentidos.

Já nos seus primeiros movimentos, as manifestações obrigaram governos estaduais a rever e reverter aumentos de passagens de ônibus, como também tiraram o governo federal do seu “autismo social e político” (VAINER, 2013), levando a Presidenta a propor uma série de medidas para acalmar o gigante que parecia de fato ter acordado faminto.

No entanto, os efeitos mais duradouros dos protestos de junho, a nosso ver, foram a retomada da rua como espaço público e político de reivindicação de direitos sociais, bem como a legitimação das redes sociais como instrumentos de politização e de mobilização civil. Nesses dois “espaços”, da rua e das redes sociais, registrou-se uma intensa movimentação simbólica que tirou da inércia e da denegação os sentidos da nacionalidade e da cidadania, fomentando o reempoderamento político do brasileiro (CASTELLS, 2013).

Neste artigo, vamos defender, portanto, que esse reempoderamento, no contexto dos protestos, resultou de um trabalho político de circulação-confronto de sentidos em torno do nacionalismo e da cidadania, trabalho esse que remexeu as “redes” e “trajetos” de memória do

sujeito cidadão brasileiro, agitando assim suas/nossas “filiações sócio-históricas de identificação” política (PÊCHEUX, 1990a).

Para desenvolver essa hipótese, dividimos este artigo em três partes: na primeira, apresentamos alguns elementos teóricos do campo da AD que possibilitam compreender e trabalhar a relação entre discurso, ideologia e política, fundamental para o entendimento do(s) significado(s) dos protestos. Na segunda parte, nos reportamos ao contexto socioistórico imediato dos protestos, fazendo uma breve caracterização dos “espaços sociais” e “discursivos” e dos “objetos” de significação postos em confronto/disputa no seu acontecimento. Na terceira parte, analisamos alguns dos enunciados (materialidades discursivas) que sobredeterminaram os protestos, tendo como referência o espaço discursivo da relação entre nacionalidade e da cidadania.

Discurso: calmante e arma na reprodução/transformação da sociedade

Os discursos, em sua constituição ideológica e política, estão na base das práticas sociais. Entretanto não se trata esta de uma relação técnica em que o discurso é tomado como um mero instrumento retórico de manipulação ideológica tendo em vista o exercício do poder e da dominação política. Trata-se, de fato, do discurso enquanto lugar material de constituição dos sujeitos e dos sentidos, no jogo (ideológico e político) de sua (des)legitimação social.

Na perspectiva inicial da Análise de Discurso (AD) de orientação pecheutiana, campo no qual este trabalho se inscreve, o desvelamento desse jogo implicava um questionamento sobre o significado de “lutar” sob as condições de produção capitalistas. Para os marxistas franceses da década de 1960/1970, incluídos aí os que se ocuparam das questões da linguagem, a exemplo de Michel Pêcheux, se impunha a necessidade de reverter os efeitos da ideologia dominante burguesa mediante uma prática discursiva e política de tipo novo, uma “tomada de posição” a favor de certas palavras contra outras (PÊCHEUX, 1997a).

Nessa perspectiva, citando, como de costume, seu mestre Althusser, Pêcheux admite haver entre as palavras “linhas de demarcação discursiva” que as definem ora como calmantes (ou venenos), no sentido de exercerem um poder paralisante sobre os sujeitos, favorecendo a reprodução das relações de classe vigentes, ora como armas político-teóricas, necessárias à luta pelas/contra as “formulações equívocas” da ideologia dominante. Assim, somente pelo re-

conhecimento dessas formulações os sujeitos dominados poderiam mudar sua relação de dominação.

Nessa conjuntura político-intelectual, a ideologia se apresenta como uma categoria na qual está implicada a noção de luta (luta de classes), a que corresponde no campo filosófico, a luta entre o idealismo e sua tendência à unificação (imaginária) do real, do pensamento e do sujeito, e o materialismo, que entende o real como um processo não unificado, atravessado por desigualdades e contradições (PÊCHEUX, 1997a). Nas proposições teóricas desse materialismo, no entanto, há um didatismo que, por sua simetria, trai a concepção da ideologia como lugar de luta e de contradição, na medida em que o momento de reconhecimento da dominação aparece como um retorno ao idealismo da unificação do sujeito e do sentido, em que o sujeito não seria mais afetado pela ideologia ou que poderia, de certa forma, situar-se fora dela.

Com relação a isso, Pêcheux (1997b) observará posteriormente que, na verdade, há um componente de “resistência” em todo processo ideológico, ameaçando sempre a unificação do sujeito e do sentido, bem como as condições da luta política. Essa é uma retificação que incide sobre a ideia de um sujeito da prática política proletária em que nada falha (um “estranho sujeito materialista”), sujeito esse constituído a partir de uma espécie de pedagogia da ruptura da interpelação-assujeitamento pela sua “memorização teórica” (consciência). Ainda de acordo com Pêcheux (PÊCHEUX; GADET, 2011), assim se configurou, nas décadas de 1960 e 1970, o sonho intelectual francês de “uma impossível fuga da ideologia”.

A partir dessa reflexão, e considerando o efeito do inconsciente sobre o sujeito, Pêcheux vai realçar que não há interpelação-assujeitamento sem falhas. Além disso, as falhas da interpelação (o lapso ou ato falho) são sugeridas como lugares de possibilidade de surgimento da resistência e da revolta:

O lapso e o ato falho (falhas do ritual, bloqueio da Ordem ideológica) bem que poderiam ter alguma coisa de muito preciso a ver com esse ponto sempre-já aí, essa origem não-detectável da resistência e da revolta: formas de aparição fugidias de alguma coisa “de uma outra ordem”, vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio (PÊCHEUX, 1997b, p.301).

Essa mudança de perspectiva sobre ideologia ressignifica a concepção de luta e suas demandas: não se tratará apenas de uma disputa por formulações equívocas do discurso da

classe dominante, mas pelo equívoco de toda formulação, inclusive as do discurso das classes dominadas. Ou seja, a luta não consiste apenas em reconhecer o antagonismo de classes, mas a porção de imprevisibilidade de toda ideologia.

Para Pêcheux, o reconhecimento desses elementos não exclui, porém, a contradição e a luta de classes. A falha e a resistência não são o novo motor da história, mas ainda a luta de classes. Entretanto, elas podem funcionar, por um lado, como ponto de desequilíbrio da ideologia dominante, por outro, como precaução em relação à suposta pureza das ideologias dominadas.

Nessa mesma direção argumentativa, Pêcheux (1990b), refletindo sobre a interpretação do discurso político, propõe rejeitar de saída dois efeitos religiosos: a precedência de um discurso teórico como fonte do processo revolucionário e a suposição de existência de um germe revolucionário independente que garantisse a emergência da ideologia dominada. Não há, portanto, simetria entre ideologia dominada e ideologia dominante. Daí a insistência de Pêcheux no “retorno aos pontos de resistência e de revolta que se incubam sob a dominação ideológica”, de onde se pode observar:

o frágil questionamento de uma ordem, a partir da qual o lapso pode torna-se discurso de rebelião, o ato falho, de motim e insurreição: o momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um *acontecimento histórico*, rompendo o círculo da repetição (PÊCHEUX, 1990b, p.17)

Os processos de reprodução ideológicos, desse modo, seriam também lugares de “resistência múltipla”, de “lutas de deslocamento ideológicas” acerca de “objetos paradoxais”, divididos e móveis, como aqueles denominados por palavras como *povo*, *gênero*, *vida*, *liberdade*, e também *nação*, *cidadania*, etc. (PÊCHEUX; GADET, 2011). Nesse processo, ainda para Pêcheux, a língua não pode ser tomada como um simples “meio” de expressão, mas como um “*campo de forças* constitutivo”, no qual surge o imprevisível contínuo, porque “cada ritual ideológico continuamente se depara com rejeições e atos falhos de todos os tipos, que interrompem a perpetuação das reproduções” (PÊCHEUX; GADET, 2011, p.115)

Isto vai de encontro a uma concepção estrutural da discursividade, em que o acontecimento é absorvido por uma estrutura ou forma de dominação que se repete

monotonamente. O discurso, então, é efeito e trabalho das redes e trajetos de memória e do acontecimento (PÊCHEUX, 1990a, p.56):

[...] todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas, de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço.

Não há, desse modo, como fazer o cálculo dos movimentos de sentido, uma vez que estes estão sempre se deslocando em sua “pluralidade contraditória de filiações” (ORLANDI, 2001) e, assim, dando lugar a (novas) interpretações, reconfigurando continuamente o jogo ideológico e político dos sentidos e dos sujeitos nas práticas e lutas sociais.

A análise dos discursos enquanto práticas políticas e ideológicas, portanto, significa observar o trabalho de circulação e confronto dos sentidos, seus jogos de dominação/estabilização e resistência/deslocamento, tomando a memória (e o esquecimento) como fundamental.

É nessa direção que pretendemos analisar aqui o acontecimento dos protestos de rua que ocorreram no Brasil em junho de 2013, destacando o trabalho sobre certas redes e trajetos de memória, que fez se agitarem as filiações sociohistóricas de identificação do sujeito político brasileiro, desafiando a estabilidade (imaginária) do discurso dominante sobre a alienação e o desinteresse dos jovens e do povo brasileiro de modo geral pela “política”.

Os protestos de 2013 no Brasil: algo mais que 0,20 centavos

Nesta segunda seção, nos reportamos ao contexto sociohistórico imediato do acontecimento dos protestos, mediante identificação e breve caracterização dos espaços sociais e discursivos, bem como dos objetos de significação, que pôs em circulação/confronto.

Inicialmente, podemos constatar que os protestos ocorridos no Brasil em junho de 2013 se realizaram marcadamente em dois espaços sociais: o das redes sociais (neste caso, em particular o do *facebook*) e o da rua. Esses espaços, tomados enquanto “lugares discursivos”, são uma via de acesso a modos de produção de sentidos. Por isso, vamos tecer algumas

considerações sobre a materialidade linguístico-histórica das palavras *rua* e *face* e dos confrontos de sentidos que emergiram a partir de seu uso no contexto sob análise.

Em primeiro lugar, cabe observar que as palavras *face* e *rua* têm filiações de memória distintas. A palavra *rua* tem uma materialidade mais densa, tendo em vista o acúmulo de significações e de trajetos de sua memória, que articula sentidos relacionados não somente à localização espacial, mas sobretudo ao campo do social e político. Nunes (2001), por exemplo, observa que a palavra *rua* está relacionada a significações variadas, designando espaços, sujeitos, práticas e acontecimentos, o que assinala uma “fusão” entre o espacial e o social. Desse modo, a *rua* é “um espaço público, atravessado de conflitos, de desordens, e preenchido por diferentes grupos sociais” (NUNES, 2001, p.107), significando-se, dentre outros funcionamentos, pela oposição e confronto entre o público e do privado, entre o visível da *rua* e o invisível da *casa/lar*. Nesse sentido a *rua* se constitui como lugar do “ato público”: “um ato visível, realizado abertamente para que qualquer um possa ver”, em contraste com o “ato privado”, que é “invisível, realizado secretamente atrás de portas fechadas” (THOMPSON, 2009, p.112).

Quanto à significação do *face*, não temos ainda trajetos de memória bem delineados, dada a recenticidade, multiplicidade e volatilidade das redes sociais virtuais. O que se pode apontar quanto à significação desse espaço é que se trata um lugar heterogêneo e contraditório de produção de sentidos, quer de alienação, de isolamento, quer de liberdade e de desenvolvimento da sociabilidade e da cidadania (CASTELLS, 2010).

Trazendo essas considerações para a discussão dos protestos de 2013, podemos afirmar que estes deram lugar a um jogo de des/legitimação envolvendo os sentidos da *rua* e do *face* enquanto espaços de significação da luta política. O confronto de enunciados como “Vem pra rua” e “Saímos do *face*”, observados em cartazes e banner virtuais que circularam durante os protestos (ver figuras dos anexos A e B), permitem vislumbrar parte da movimentação desse jogo.

No acontecimento dos protestos, a *rua*, esvaziada de seu sentido de “ágora” na história brasileira recente, foi subitamente (re)saturada de significações políticas, voltando a se representar como lugar do ato público (“Vem pra rua”) e demarcando uma reconquista da rua e do seu significado político. Isso se deu, no entanto, em parte, mediante um efeito de desqualificação do espaço virtual do *face*, lido como lugar da passividade e da invisibilidade (“Saímos do *face*”). Efeito esse contraditório, uma vez que o *face* foi também um espaço de

convocação e de mobilização para os protestos, bem como de ressonância de seus efeitos políticos. Na verdade, o impacto dos protestos resultou de uma eficiente articulação entre redes sociais (*facebook*, sobretudo) e manifestações de *rua*, aproximando de forma inesperada e “perigosa” ativismo virtual e ativismo presencial (SAKAMOTO, 2013; CASTELLS, 2013).

Um outro aspecto geral que ressalta dos protestos de 2013 é que estes desencadearam uma explosão de sentidos até então contidos acerca da realidade social e política brasileira, pondo em relação posições ideológicas diversas. No entanto, considerando que essas posições se organizam em formações discursivas que se interrelacionam, constituindo “campos discursivos” de sustentação e de confrontação, podemos dizer que, no caso os protestos, os sentidos se movimentaram em torno do campo discursivo político (dos direitos sociais e políticos), des/re/organizando sentidos do nacionalismo e da cidadania. Nesse duplo espaço discursivo estiveram em confronto/disputa alguns “objetos contraditórios (Ver imagens dos anexos A e B): as causas dos protestos (“Não é só por 0,20 centavos, é por direitos”, “Queremos escolas padrão FIFA”, “Tem tanta coisa errada que nem cabe em um cartaz”), sua natureza política (“Nem direita, nem esquerda, pela pátria, pelo povo”); suas táticas (“Ordem e protestos”, “Vandalismo, não”).

Admitindo assim a organização do espaço político dos protestos em torno do nacionalismo e da cidadania, vamos, a seguir, propor uma análise desse espaço a partir da consideração de dois enunciados que, a nosso ver, sobredeterminaram o acontecimento dos protestos 2013: “O gigante acordou” e “Vem pra rua”. Como todo enunciado se inscreve num espaço de repetição-reformulação heterogêneo, faremos também referência a outros enunciados correlacionados aos dois principais. Observaremos o acontecimento desses enunciados como efeito e trabalho da/sobre a memória dos dizeres do nacionalismo e da cidadania no Brasil.

Os enunciados dos protestos: agitação e equívoco

O enunciado “O gigante acordou” (“O povo acordou”)

Este enunciado se constitui linguisticamente como uma assertiva sobre um sujeito “experimentalizador” (“o gigante”) de um processo verbal (“acordar”) gramaticalmente considerado intransitivo, uma vez que materializado por um verbo de significação dita

completa. Entretanto, não se pode reduzir sua análise a esses “efeitos descritivos”, sendo necessário considerar a materialidade equívoca de sua significação. Assim, sobre o enunciado em foco podem ser levantados vários questionamentos, dentre os quais: O que significa “acordar” no acontecimento dos protestos no qual esse enunciado circulou? Quem é o “gigante” experimentador desse processo no caso?

Esses questionamentos sugerem que estamos diante não de uma formulação intransitiva, mas discursivamente transitiva. Assim, para responder às perguntas acima formuladas, se faz necessário invocar a exterioridade do enunciado “O gigante acordou”, quer sua exterioridade imediata, de ordem enunciativa, quer a exterioridade de ordem mais geral, sociohistórica e ideológica, aqui entendida enquanto memória social e discursiva.

Uma primeira marca do que estamos denominando aqui de “transitividade discursiva” do enunciado “O gigante acordou” está na sua relação de memória (interdiscursiva) com o Hino Nacional brasileiro. Como se sabe, este hino foi produzido em comemoração à Independência do país (“Ouviram do Ipiranga as margens plácidas/De um povo heróico o brado retumbante”), representado nele por atributos de grandeza territorial (“Gigante pela própria natureza”), esplendor natural (“Deitado eternamente em berço esplêndido”), além de beleza, vigor e destemor (“És belo, és forte, impávido colosso”). Os enunciados que descrevem os atributos da nacionalidade emergente, formulados no contexto histórico da Independência, dirigem para a afirmação da unidade imaginária entre nação e povo, o que é uma característica própria do gênero discursivo em questão, efeito que ressoará em vários outros momentos da história brasileira e a partir de várias formas textuais (em poemas, canções, manifestos, etc.), dando sustentação à orientação política nacionalista ufanista, uma forma de relação acrítica entre sujeito e nação (ver CHAUI, 2004). Em outros momentos da história do país, como na época da Ditadura Militar pós-1964, as formulações do hino serão alvo de avaliações críticas, passando a significar em relação ao acesso e distribuição desigual das riquezas, do país e ainda em relação à passividade do povo em lutar por seus direitos políticos e sociais e modificar sua história de exploração e desigualdade. Nessas condições, os enunciados “Gigante pela própria natureza” e “Deitado eternamente em berço esplêndido”, associados ao nacionalismo ufanista, adensam sua rede de memória, na medida em que passam a ser alvos de leituras críticas, que os colocam em relação de polêmica com outras formulações do Hino, a exemplo daqueles que configuram a imagem de um “povo heróico”, de “braço forte” e que “não foge à luta”.

É a partir desse segundo trajeto de memória, crítico ao nacionalismo heróico e ufanista do Hino Nacional, que o enunciado “O gigante acordou” retorna durante os protestos de junho de 2013, movimentando sentidos pela projeção de uma imagem de um povo/país (ainda) “gigante”, porém desperto de sua situação de passividade (não mais “deitado eternamente em berço esplêndido”).

Essa movimentação de sentidos explica também a produção do enunciado “O Brasil mudou de *status*: de ‘Deitado eternamente em berço esplêndido’ para ‘Verás que um filho teu não foge à luta’, que circulou nas redes sociais no mesmo período. Esse outro enunciado sintetiza a direção da mudança ideológica que esteve em pauta ao longo dos protestos quanto à posição-sujeito *povo brasileiro*: de um sujeito político passivo, conformado, a um sujeito ativo, rebelde, revoltado, um sujeito que “não foge à luta”.

Neste caso, não se pode deixar de observar que o enunciado que define a “nova” posição-sujeito para o brasileiro (“Verás que um filho teu não foge à luta”) também remete ao Hino Nacional, pois consiste numa repetição de um de seus versos. Repetição formal, porém não repetição histórica. Nas condições iniciais de produção do Hino, a “luta” nele referida significava uma convocação patriótica pela legitimação da unidade e soberania nacionais, pela garantia (dos ideais) da “liberdade” (“penhor da liberdade”) e da “igualdade” (“sol da liberdade”) perante outras nações. Nessas circunstâncias, o povo é/pode ser significado como “heróico”, “forte”, “impávido”. Há, nesse caso, um efeito de unidade entre Pátria e povo, que justifica até mesmo ações extremas por parte deste, consideradas legítimas e desejáveis (“Desafia o nosso peito à própria morte”/“Nem teme quem te adora a própria morte”).

No contexto dos protestos, a situação é outra, e o retorno do enunciado “Verás que um filho teu não foge à luta” produz novos efeitos: é agora uma autoconvocação cidadã, do povo para o povo, pela reivindicação de direitos sociais. Nesse caso, o sujeito brasileiro se reapresenta numa relação de polêmica com o próprio Estado brasileiro e seus representantes políticos, o que marca uma dissonância entre a Pátria-Estado/povo-cidadão (O enunciado “Essa luta é pelo povo! Não pela pátria!”, registrado em um dos protestos de 2013, atesta essa orientação de sentidos). Isso justifica que as ações do povo durante os protestos, extremas ou não, tenham sido alvo de insistentes restrições, sobretudo político-ideológicas²².

²² Tomemos como exemplo disso, além da condenação explícita de atos de “vandalismo”, exibidos à exaustão pelas TVs, a obsessiva repetição de enunciados a favor do pacifismo dos

O enunciado “Verás que um filho teu não foge à luta”, além disso, em seu novo acontecimento, tem um duplo efeito, resultado do trabalho da ideologia e do inconsciente: efeito de uma projeção e de uma consumação. Esse efeito decorre do fato de que a forma verbal que encabeça o enunciado em apreciação (“Verás”) tem, no contexto dos protestos, uma significação ao mesmo tempo passado-futuro-presente²³, como se estivesse dizendo: “Os filhos da Pátria estão finalmente cumprindo a promessa que um dia lhe fizeram”. O efeito de consumação, no entanto, é também equívoco, pois o enunciado sob análise funciona, ao mesmo tempo, como afirmação de uma disposição pontual (estar na luta) e de uma exortação (um chamado para a luta). Isso demarca o significado inconcluso e não geral do enunciado “O gigante acordou”, e dos protestos de que é o enunciado-símbolo, indicando assim o desejo e necessidade de se manter o gigante “acordado” e fazer ressoar o ato inicial/acontecimento dos protestos, tornando real o seu efeito imaginário de conclusão, que aponta para uma nova forma de constituição do sujeito político brasileiro.

O caráter inconcluso dos protestos é também marcado por um outro enunciado, que circulou nas redes sociais, o enunciado “Vem pra rua”, de que passamos a tratar a seguir.

O enunciado “Vem pra rua” [saímos do *face*.]

Este é um outro enunciado que sobredeterminou o acontecimento dos protestos, tendo circulado nas redes sociais como uma *hashtag*²⁴ (#vempraru) de convocação dos internautas para as manifestações. Aparentemente se trata de um inequívoco enunciado-convocação. No entanto, por suas relações de paráfrase e por seu modo de dizer, exige interpretações menos óbvias.

Assim, podemos realçar que o enunciado “Vem para rua”, em sua materialidade discursiva, é afetado por outros dizeres, não ditos e já ditos, que constituem sua rede de memória, dizeres que remetem ao campo da luta política e social, dentre os quais o expresso

protestos, sobretudo pela mídia televisiva e impressa. Esse “apelo cívico” da mídia, principalmente após os protestos terem se tornado “inevitáveis, tomou a forma de uma reiterada “lembrança” do caráter “pacífico” dos protestos.

²³ Aqui também seria limitado pensar a língua apenas como uma função linguística (verbo no futuro).

²⁴ Palavra-chave, que aparece antecedida pelo símbolo “#”, utilizada no *twitter* e no *facebook* para identificar um assunto que está sendo discutindo em tempo real.

pelas *palavra de ordem* “Vem pra luta”²⁵, utilizado com frequência por diferentes entidades e movimentos sindicais, sociais e populares em suas mobilizações.

Colocados em relação os enunciados “Vem para rua” e “Vem pra luta”, podemos verificar a afinidade semântico-discursiva entre as palavras “rua” e “luta”, bem como as relações de sentido que as constituem reciprocamente: a rua como lugar da luta e a luta como ação que se dá no espaço público da rua. Temos aqui então o que se poderia denominar de “sinonímia discursiva”, uma relação de equivalência de sentidos derivadas de sua inscrição num mesmo espaço de dizer, numa mesma formação discursiva, no caso uma formação discursiva do ativismo político.

O enunciado “Vem para rua” também produz sentidos pelo modo como circulou durante os protestos, sob a forma de uma *hashtag* (#vempraru): circulando no espaço virtual das redes sociais, o enunciado “Vem para rua” coloca como sentido necessário da luta o ativismo “presencial” (da “rua”) em contraponto como o ativismo virtual (da “curtição” e do “compartilhamento” de postagens no “face”). A “rua” e o “face”, nesse caso, funcionam numa relação polêmica, remetendo a espaços discursivos antagônicos; colocam em relação polêmica a comunicação “face a face” e a “*face a face*”. Um enunciado que confirma essa leitura foi o que se viu em um cartaz (“presencial”) de um manifestante, declarando: “Saímos do *facebook*”. Não estamos com isso negando o indiscutível papel que as redes sociais (virtuais) tiveram na mobilização de pessoas para a participação nas manifestações, mas demonstrando como essa “mobilização” se produziu a partir de enunciados equívocos e polêmicos com relação ao seu papel político.

Outro dado relevando para entender a constituição e movimentação de sentidos do enunciado “Vem pra rua” durante as manifestações diz respeito à relação de exterioridade desse enunciado com uma campanha publicitária de um fabricante de automóveis, indicando um entrelaçamento inesperado de sentidos oriundos dos campos do político e do publicitário.

Muitos vídeos-montagem circularam nas redes sociais desde os primeiros protestos de junho, convocando a população para participar das manifestações, boa parte deles “embalados” pela música “Vem pra rua”, gravada pelo grupo O Rappa para uma trilha de

²⁵ “Vem pra rua que a luta é sua”, “Vem pra rua que a luta cresce”.

comercial da empresa de automóveis Fiat. O comercial, alusivo à Copa das Confederações²⁶, utiliza a música-tema, imagens de torcedores (e torcedoras) em festa em diferentes recantos do país, não faltando imagens do jogador Ronaldo, o dito “Fenômeno”. Nessa narrativa de festa, felicidade e sensualidade, carros da marca anunciada aparecem sutilmente em várias tomadas como elementos do cenário. A peça publicitária, assim, tem a aparência de uma convocação patriótica, incitando a população a ir às ruas celebrar o futebol (“Vem pra rua/ Porque a rua é a maior arquibancada do Brasil”, diz a letra da música-tema do comercial). Ao final do eficiente minuto da peça, cria-se uma associação entre o refrão “Vem **pra** rua” e a sequência “Vem **com** quem mais entende de rua. Vem **com** a Fiat”, fazendo coincidir, por uma relação de paráfrase, os sentidos da celebração ufanista de “ir **para** a rua” com os da suposta excelência dos veículos da marca em “transitar na rua” (“Vem **com** quem mais entende de rua”), o que deve levar à conclusão feliz de a Fiat ser a melhor companhia para estar na rua circulando e celebrando a Copa (“Vem **com** a Fiat”).

O comercial em questão, portanto, se constitui a partir da retomada da velha imagem do futebol como símbolo da unidade nacional, de que tenta retirar seus efeitos, colocando a marca de carros anunciada como parceira dessa construção. A “rua”, nesse caso, não traz em sua significação qualquer elemento de criticidade, se (re)apresentando como lugar imaginário de celebração ufanista, portanto, de repetição e estabilização de sentidos, de passividade, apesar do dinamismo cinético, cromático e musical da peça publicitária.

A despeito disso, a música “Vem pra rua” foi incorporada a diversos vídeos-montagem e às próprias manifestações de junho (o refrão “Vem pra rua” foi entoado em vários protestos pelo Brasil afora), funcionando como “palavra de ordem” ou “hino de protesto”. Isso é uma demonstração cabal de que o sentido sempre pode ser outro e se define pelas posições ideológicas postas e em jogo no processo sócio-histórico. É nessa perspectiva também que se justifica a afirmação de Pêcheux (1990a) de que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”. (PÊCHEUX, 1990a, p.53) No caso sob análise, dentre os discursos à mão, estava o da publicidade, e ele que é “tomado” pelos jovens manifestantes, deslocando-o

²⁶ Para dados da criação da música “Vem pra rua”, conferir <http://g1.globo.com/musica/noticia/2013/06/criador-de-vem-pra-rua-comenta-uso-da-musica-em-protestos.html>. Para conferir letra e música, ver <http://musica.com.br/artistas/o-rappa/m/vem-pra-rua/letra.html> Para o comercial da Fiat, ver <http://www.youtube.com/watch?v=SxMIwZZPlcM>.

para o campo do político e do interesse coletivo (se não considerarmos esse caráter material do sentido, o deslocamento em questão pode parecer ilegítimo).

Nesse “deslocamento”, no entanto, não se pode negar que trabalha uma contradição: a “rua” e seus sentidos de celebração, de festa permanecem perigosamente significando no contexto dos protestos, dando a estes uma “estranha” feição de protesto-festa, que atenua e torna opaco seu sentido político, mantendo muito próximo o risco da sobredeterminação da “festa” sobre o “protesto”.

Considerações finais

A onda de protestos sociais ocorrida em junho de 2013 no Brasil foi um acontecimento surpreendente, pois há muito tempo não se via no país uma manifestação tão ostensiva de insatisfação. A adesão espontânea e massiva às manifestações e a multiplicidade de reivindicações desmontaram de imediato duas evidências: uma de ordem social, de que no Brasil se estava vivendo no melhor dos mundos (versão brasileira lulo-dilmista-petista do fim da história); outra, de ordem política, de que o povo não estava mais disposto a reivindicar direitos pela manifestação ativa nas ruas (versão brasileira da ideologia do fim da política). Além disso, os protestos demonstraram, com clareza, o distanciamento e a incapacidade de interlocução do Estado e de sua representação política em relação ao conjunto da sociedade.

As reações (dos políticos e da mídia tradicional) diante da surpresa e do perigo dos protestos, além disso, foram marcadas por uma tentativa de controlar o acontecimento dos protestos, pela desqualificação de seus participantes e/ou de suas pautas, pela tentativa de dirigi-las ou pela simples negação de algo relevante estivesse acontecendo do ponto de vista político-social. Essas leituras conservadoras dos protestos foram produzidas sob o efeito das duas tentações referidas por Pêcheux (1990) a propósito do discurso: a de negar a equivocidade do acontecimento, atribuindo a ele uma interpretação estável (“O gigante acordou e o Brasil mudou”, “O povo foi para a rua (mas) e (não) conquistou direitos”), ou a de simplesmente negar o próprio acontecimento, denegando seus efeitos (“O gigante acordou, mas voltou a dormir”, “O povo foi pra rua, mas voltou pro face”). Nos dois casos, assim, negando a materialidade dos sentidos e da história.

As considerações deste artigo vão numa direção contrária a esta, afirmando assim o caráter material dos protestos e dos discursos que fizeram circular. Entendemos que, a

despeito da equivocidade e dos efeitos contraditórios que marcaram esses discursos, a exemplo do que demonstramos com a análise dos enunciados “O gigante acordou” e “Vem pra rua”, o acontecimento dos protestos promoveu a reativação, a circulação e o confronto de sentidos não previstos, incitando atritos e deslocamentos ideológicos cujos efeitos (reais) ressoaram no âmbito social e político, possibilitando outros discursos e outras práticas. Fizeram, ademais, balançar as certezas da ideologia dominante sobre a passividade do brasileiro, seu conformismo e incapacidade de mobilização política. Portanto, promoveram uma inegável agitação nas filiações sociohistóricas de identificação do brasileiro, tirando do sem-sentido, da denegação, o ativismo político e social, lembrando ao povo brasileiro, que está longe de ter de fato seus direitos políticos e sociais satisfeitos, que “é preciso ousar se revoltar” (PÊCHEUX, 1990b).

Referências

CASTELLS. M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, D. de. (Org.). **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2010. p.255-287

CHAUÍ Marilena. **Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária**. 5. reimp. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

NUNES, J. H. O espaço urbano: a “rua” e o sentido público. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Cidade atravessada**: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001. p.101-109.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 2. ed. São Paulo: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Tradução de Eni P.Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997a.

_____. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação... _____. 3. ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1997b. p.293-307.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas-SP: Pontes, 1990a.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 19, p.7-24, 1990b.

_____; GADET, F. A língua inatingível. In: PÊCHEUX, M. **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. Textos escolhidos por Eni P.Orlandi. Campinas: Pontes Editora, 2011. p.93-105.

SAKAMOTO, L. Em São Paulo, o *facebook* e o *twitter* foram às ruas. In: MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p.95-100.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

VAINER, C. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p.35-40.

Anexo A: *Banners* virtuais sobre os protestos de 2013 que circularam no *facebook*



Fonte: Circulação anônima em *facebook*s em junho de 2013.

Anexo B: Cartazes dos protestos de 2013 que circularam nas manifestações de rua

Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=cartazes+dos+protestos+2013>